



## A escalada do funcionalismo federal nos anos Lula

**Síntese:** Os números finais da política de recursos humanos da gestão Lula mostram que nenhuma despesa cresceu tanto nos últimos oito anos quanto a destinada ao pagamento do funcionalismo público federal. Desde 2002, os gastos subiram 56% acima da inflação e devem bater em R\$ 200 bilhões neste ano, numa folha de mais de 2 milhões de servidores. Um dos órgãos da administração federal que mais incharam nos anos Lula foi a Presidência da República, enquanto em áreas onde a melhoria do atendimento ao público é premente, como na saúde, o contingente de funcionários diminuiu. Os cargos comissionados aumentaram 25% e somam hoje 86 mil.

Há algumas semanas, o Ministério do Planejamento divulgou a edição do Boletim Estatístico de Pessoal (BEP) que traz os números definitivos da gestão Lula nesta área. Uma das conclusões mais relevantes a que se chega é que provavelmente nenhuma despesa tenha crescido mais nos últimos oito anos do que a destinada ao pagamento do funcionalismo público federal.

Em 2010, o gasto da União com pessoal atingiu R\$ 183,3 bilhões. Isso equivale a mais de R\$ 500 milhões por dia. Em 2002, havia sido de R\$ 75 bilhões, em valores correntes. O salto registrado ao longo do governo petista foi astronômico: em termos nominais, isto é, sem considerar a inflação, as despesas cresceram 144%. Em valores reais, o ganho do funcionalismo foi de 56%, ou seja, muito acima da elevação do custo de vida no período.

Não há quem seja contra um Estado que preste melhores serviços à população. Para tanto, é importante remunerar bem o servidor, motivá-lo e preservá-lo nas carreiras públicas. Mas a questão é saber se a sociedade está disposta a arcar com os custos desta política, uma vez que ao crescimento da folha sempre corresponde a cobrança de mais tributos.

### Inchaço na Presidência

Em dezembro do ano passado, a União contava com 2.061.431 servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas, civis e militares. O contingente cresceu 11% desde 2002, o que equivale à incorporação de exatos 205.465 novos funcionários à folha. Na gestão anterior, o número de empregados públicos praticamente não havia se alterado, em torno de 1,8 milhão.

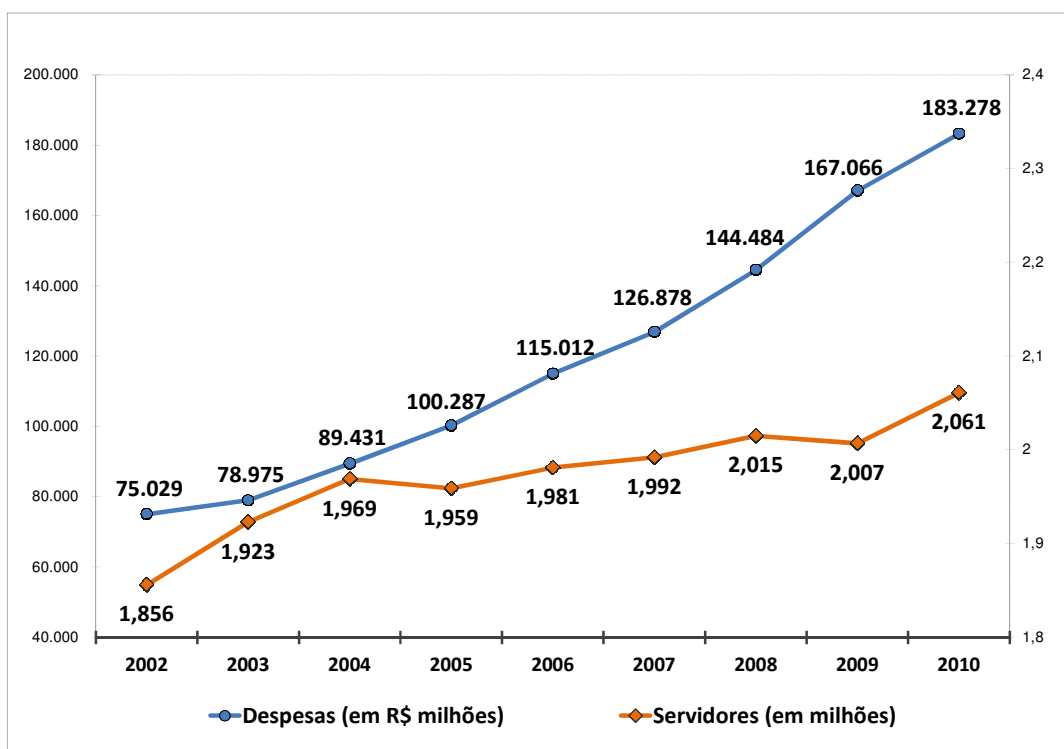
Somente o Executivo federal tem hoje 970,6 mil funcionários na ativa. Ministérios, autarquias e fundações concentram cerca de 60% do total de servidores em atividade. Nos últimos oito anos, um dos órgãos da administração federal que proporcionalmente mais ganhou funcionários foi a Presidência da República.

No período em que lá esteve, Luiz Inácio Lula da Silva mais que dobrou o contingente de pessoas de seu staff mais próximo: o quadro passou de 3.147 para 7.799 servidores, com alta de 148% desde 2002. Apenas a Advocacia Geral da União apresentou crescimento relativo mais expressivo.

Se o exército de funcionários em torno do presidente da República mais que dobrou, as despesas com o pagamento de seus vencimentos cresceu muitas vezes mais. Para remunerar os seus quase 8 mil servidores, a Presidência torrou R\$ 1,18 bilhão no ano passado. O valor supera em sete vezes o que se gastava no início do governo de Lula: R\$ 158 milhões, em valores correntes. A aceleração foi mais forte no segundo mandato, quando os gastos quadruplicaram.

O governo do PT gosta de alardear que o expressivo aumento no número de servidores visou oferecer melhores serviços públicos à população e foi concentrado em áreas onde o atendimento ao cidadão é mais premente e deficiente. Não foi o que aconteceu na saúde, onde mais se reclama da falta de atenção do Estado. O ministério perdeu 769 funcionários (-0,7%) ao longo do governo Lula. Junto com Defesa, Esportes e Planejamento, foi o único caso de redução no quadro de servidores em toda a Esplanada.

### Situação do funcionalismo no governo Lula



Refere-se a despesas anuais de pessoal da União (valores correntes) e quantitativo de servidores federais da União. Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / Boletim Estatístico de Pessoal nº 177.

### Elite do funcionalismo

Uma das características mais notáveis da gestão de pessoal do PT é a distribuição de cargos de livre provimento para apaniguados. Em dezembro passado, existiam 86.086 cargos e funções de confiança e gratificações no Poder Executivo Federal. Não há como não considerar um exagero – no início da era Lula, havia cerca de 70 mil. Trata-se de posições que o governante pode preencher e distribuir a seu bel-prazer e que costumam ser usadas como moeda de troca nas negociações e acordos políticos. Isso não significa que, em muitos casos, os escolhidos não sejam profissionais qualificados, experientes e credenciados para a função pública.

No governo do PT, este exército de comissionados – que se mantivera estável na gestão anterior – ganhou 17.155 novas posições, o que representa crescimento de 25% ao longo dos últimos oito anos. Destes, os mais cobiçados são os cargos de Direção de Assessoramento Superior, os famosos DAS, dos quais pelo menos 20% são hoje ocupados por filiados ao PT, de acordo com pesquisa recente feita no CPDOC/FGV.

O governo Lula criou 3.496 cargos de DAS, o que representa alta de 19% em oito anos. Existem hoje no governo federal 21.870 cargos desta natureza, cujo preenchimento o PT concentrou na Casa Civil, ressaltando o caráter político-partidário de seu provimento. (Nos EUA, dos 2,7 milhões de funcionários públicos federais, apenas 9 mil têm esta característica.) Segundo o BEP do Ministério do Planejamento, o vencimento médio nestes casos chega a R\$ 21.242, uma vez que servidores efetivos e requisitados podem agregar a remuneração de origem à relativa ao cargo ou à função em comissão.

### **Ainda em alta**

Na contramão do que costuma defender, o governo do PT também encontrou brechas para elevar as despesas com empregados terceirizados – a despeito de ter admitido 155.533 novos servidores aprovados em concursos desde 2003. Apenas com os terceirizados que trabalham em copa e cozinha, por exemplo, o gasto subiu 245% acima da inflação nestes últimos oito anos.

Neste ano, de acordo com a lei orçamentária, as despesas da União com pessoal irão bater em R\$ 200 bilhões. Deverão consumir 36,6% das receitas correntes líquidas, maior patamar desde 2000. Para este ano, a proposta do governo federal previu provimento de mais 22 mil cargos, mas a necessidade de frear os gastos públicos e debelar a inflação deve conter as novas contratações.

O crescimento das despesas com servidores dificulta a gestão orçamentária. A expansão anotada nos últimos anos redundará em gastos perenes, que se estenderão por décadas. Durante a crise econômica, o PT sempre disse que praticava uma política anticíclica, mas aumentou apenas os dispêndios correntes, quase nunca os investimentos. Nada contra valorizar o funcionalismo. Mas não dá para desconsiderar que a generosidade petista colaborou para desequilibrar o orçamento público e é hoje, também, uma das fontes da recidiva da inflação no país.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

---

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA - [www.itv.org.br](http://www.itv.org.br)

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . [itv@itv.org.br](mailto:itv@itv.org.br)